



Grupo combate a corrupção eleitoral

Começa a funcionar hoje comitê formado por sete instituições de Santos. Objetivo é esclarecer eleitores e dar andamento a denúncias

DA REDAÇÃO

Contribuir para a lisura do processo eleitoral de Santos, combater o caixa 2 nas campanhas, desenvolver atividades educativas para os jovens eleitores e orientar o público em geral sobre a legislação eleitoral. Com esses objetivos, começa a funcionar hoje o Comitê Santista de Combate à Corrupção Eleitoral. Até 29 de setembro, o comitê ficará instalado na Estação da Cidadania (Avenida Ana Costa, 340, no Campo Grande, quase na esquina com a Avenida Francisco Glicério).

O atendimento é prestado de segunda a sexta-feira, das 14h30 às 20h30. Informações podem ser obtidas pelo e-mail comite.santista@gmail.com ou pelo telefone 3221-2034. Há uma página no Facebook onde é possível acompanhar as ações do grupo: [facebook.com/comite.santista](https://www.facebook.com/comite.santista).

Neste ano, a iniciativa reúne sete entidades: Centro de Direitos Humanos Irmã Maria Dolores, Fórum da Cidadania, Movimento Voto Consciente, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Santos, Diocese de Santos, Universidade Católica de Santos (UniSantos) e Promotoria Comunitária, do Ministério Público Estadual (MPE).

Durante o período de funcionamento, o comitê também encaminhará ao Ministério Público Eleitoral denúncias de irregularidades cometidas pelos candidatos e realizará palestras em escolas de Ensino Médio sobre o tema Voto não Tem



Sede do Comitê Santista de Combate à Corrupção Eleitoral é no Fórum da Cidadania (Av. Ana Costa, 340)

Preço, Tem Consequências.

Ainda está previsto um seminário sobre legislação eleitoral em 16 de agosto, na sede da OAB em Santos, e um debate com os candidatos a prefeito de Santos no dia 1º de setembro, na UniSantos.

INICIATIVA CONSOLIDADA

O comitê é vinculado ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) e atua na fiscalização e monitoramento da Lei 9.840, de 1999, que já fez mais de mil políticos perderem os mandatos por irre-

gularidades. É reativado a cada ano de eleições em centenas de cidades do País.

"Participar do comitê faz parte da missão da universidade, que tem como princípio formar um cidadão com base na solidariedade, na justiça e na ética cristã. Esse movimento vem ao encontro do que a instituição busca do seu aluno e futuro profissional: é conscientizar o jovem sobre isso", afirma Robnaldo Fidalgo Salgado, representante da UniSantos.

Por parte da Diocese de Santos, Maria Helena Lambert

lembra que o objetivo é atingir toda a comunidade, pois o processo eleitoral é de extrema importância para a Cidade. "Nós, como cristãos, temos obrigação de participar ativamente. Estamos passando por um momento difícil e precisamos preparar a juventude para o futuro, com consciência clara da importância do voto. O trabalho é muito sério".

Rolf Kanowski Júnior, da OAB em Santos, afirma que a entidade não poderia estar fora do comitê por ter um papel primário na preservação do Di-



Integrantes do comitê visitaram ontem a Redação de A Tribuna

A lei

É proibido ao candidato "doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição". Possíveis penas: multa e cassação do registro ou do diploma - neste caso, se eleito.

reito. "De garantir a preservação da norma jurídica e orientar o jovem eleitor que não tem tanto conhecimento sobre as regras, a lei eleitoral. E, com isso, contribuir com a formação desse jovem, para que ele perceba a validade do voto".

Marco Antônio Videira, do

Movimento Voto Consciente, fala da importância de contribuir com o processo eleitoral. "Uma das contribuições será na parte de palestras com alunos, porque o Voto Consciente já fez esse trabalho sozinho e em parceria. Então, temos um pouco de experiência", explica ele, ao declarar que os jovens devem ser multiplicadores das informações.

Célio Nori, do Fórum da Cidadania, acredita que a sociedade organizada deve somar esforços para a fiscalização dos candidatos. "Recentemente, entrou em vigor um dispositivo proibindo o financiamento de campanhas pelas empresas, o que aumenta o risco de caixa 2. As legislações são conquistas da sociedade, mas elas só se efetivam na medida em que a sociedade as incorpora".